

## SEMEANDO A IGUALDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS: um relato de experiência com um viés singular

### SOWING GENDER EQUALITY IN SCHOOLS: an experience report with a unique perspective

Maurício Pereira Barros<sup>1</sup> - UNEB

#### RESUMO

Partimos da premissa de que sexualidade e gênero trazem questões de pontos de vista social, histórico e cultural. Utilizando a pesquisa qualitativa, este trabalho buscou compreender discursos de docentes que apresentam processos metodológicos com características interdisciplinares, no âmbito da educação pública na cidade de Picos-PI. Investigamos quais perspectivas pautam suas práticas e como constroem as abordagens para a educação sexual. Os resultados apontam para dispositivos como valores e convicções da gestão e de alunos/as, de ordem religiosa e moral sobre sexualidade e gênero que funcionam como algo a ser lidado. A ausência de formação causa-lhes hesangústia, sentem a necessidade de uma abordagem plural, mas não se consideram preparadas. Em vista disso, e apesar das dificuldades, neste artigo foram explicitadas estratégias de resistência construídas pelas educadoras com a realização de projetos e atividades que consideraram a temática de modo amplo e democrático.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sexualidade; Gênero; Educação sexual.

#### ABSTRACT

We start from the premise that sexuality and gender brings questions from social, historical and cultural points of view. Using qualitative research, this work sought to understand professors' discourses that present methodological processes with interdisciplinary characteristics, within the scope of public education in the city of Picos-PI. We investigated which perspectives underlie their practices and how they construct approaches to sexual education. The results points to devices such as values and convictions of the management and of the students, in a religious and moral order regarding sexuality and gender that work as wered. The absence of training causes them anguish, they feel the need for a plural approach, but they do not consider themselves ready. In view of this, despite the difficulties, in this article, the resistance strategies built by the educators with the implementation of projects and activities were projects and activities that considered the theme in a broad and democratic way.

**KEYWORDS:** Sexuality; Gender; Sex education.

DOI: 10.21920/recei7202282810271041

<http://dx.doi.org/10.21920/recei7202282810271041>

---

<sup>1</sup>Mestrando em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela UNEB/PPGESA. Pós-graduado em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela FECR. Graduado em Pedagogia pela UESPI. Membro do Grupo de Pesquisa (DADAÏ), Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde da UFRPE. Professor pesquisador sobre relação de gênero no contexto educacional - (CNPq). E-mail: [profmauriciobarros2020@gmail.com](mailto:profmauriciobarros2020@gmail.com) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6653-5468>

## INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres foi apontada pela ONU como uma grave violação de direitos humanos, que acaba impedindo o crescimento de vários países do mundo. Apontou também que a violência perpetrada contra as mulheres é um problema de saúde pública, já que as mulheres em situação de violência acabam desenvolvendo doenças como depressão, angústia e sofrimento psíquico (LISBOA; PINHEIRO, 2005, p. 200).

O problema de pesquisa envolvido neste artigo refere-se a como a igualdade de gênero vem sendo promovida nas escolas públicas de Picos-PI, mais especificamente, na realidade das disciplinas de ciências e biologia. Focando na hipótese de que a discriminação de gênero pode ocorrer nos ambientes escolares, elevando-se nas construções familiares, religiosas, sociais, políticas e escolares vivenciadas pelos alunos/as e professores/as e, dessa forma, já se imagina em primeira instância, que cabe à escola gerir projetos que promovam a busca por igualdade de gênero.

A referida temática faz-se necessária sobretudo quando apresenta um viés que permite ainda a articulação das atividades entre as áreas de conhecimento, contribuindo diretamente para o aprendizado significativo de prática de leitura, produção e compreensão.

O termo “violência contra a mulher” surgiu nos anos 80 através do movimento feminista com o objetivo de denunciar, à sociedade e ao estado, que as mulheres eram alvo de violência praticada pelos homens, sendo assim, somente com a incorporação desse tema nas lutas do movimento feminista é que esse fenômeno passou a ter visibilidade e ser pauta de lutas sociais (LISBOA; PINHEIRO, 2005, p. 201).

O objetivo macro do estudo é investigarmos quais perspectivas pautam as práticas docentes e como estas constroem as abordagens para a educação sexual no ambiente institucional. Urge ainda mencionar que esse tipo de análise das ações de promoção da igualdade de gênero na educação objetiva, sobretudo, a apresentação nas análises das primeiras impressões sobre gênero e equidade na escola, quando observado o comportamento dos professores/as na geração de debates sobre o tema proposto, na descrição das práticas pedagógicas direcionadas à promoção da igualdade de gênero e na investigação de ações de promoção da igualdade.

Os acadêmicos de Pedagogia viram-se perante a seguinte problemática no projeto: Como a violência doméstica e familiar é discutida no espaço escolar? Qual a melhor abordagem para conduzir essa temática que, por vezes, é cercada de tabus por geralmente ocorrer no espaço privado? Nesse contexto, o projeto teve como objetivo: compreender as ações de enfrentamento e prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher na rede pública estadual de ensino; desconstruir a violência contra a mulher como fenômeno natural ao abordá-lo como fenômeno social; capacitar agentes multiplicadores que promovam trabalhos de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher por meio de mecanismos provenientes da educação e do diálogo; divulgar a rede de enfrentamento e atendimento à mulher em situação de violência; fomentar o protagonismo juvenil na prevenção e no combate à violência contra a mulher.

O presente artigo está dividido em referencial teórico, que aborda especificamente a parte de gênero, relações de poder e violência; a Lei Maria da Penha como mecanismo de combate à violência doméstica e familiar e sua inserção no contexto escolar. Explicitaremos também a metodologia utilizada e os resultados obtidos.

A violência praticada contra as mulheres faz parte da história da humanidade, passou por um grande período de invisibilidade e de banalização, ou seja, por muito tempo esse fenômeno social era visto como algo “natural” e “normal” que fazia parte do destino das mulheres. Isso fica visível no ditado popular brasileiro que diz: “Em briga de marido e mulher ninguém mete a

colher”. Podemos perceber a qual invisibilidade que a violência contra a mulher, principalmente que acontece no âmbito doméstico, tem na sociedade (LISBOA; PINHEIRO, 2005, p. 202).

Inicialmente, o movimento feminista visava a denunciar casos de violência contra a mulher, principalmente aos órgãos internacionais de direitos humanos, já que o estado jurídico brasileiro não reconhecia a violência contra a mulher um crime grave. Com isso, o movimento feminista brasileiro cria o slogan “Quem ama não mata”. em seguida, busca desenvolver ações para garantir o atendimento e apoio a mulheres em situação de violência através da implementação de serviços e de uma rede de atendimento para mulheres.

Em 1980 é criada Delegacia de atendimento à Mulher em São Paulo, a primeira instituição do estado a lidar diretamente com o problema da violência contra a mulher, é também nesse ano que começam os estudos na área da saúde sobre as consequências da violência contra a mulher.

Este é um estudo descritivo com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, com o objetivo de tematizar, problematizar e combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. O Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NUPEVID) do Ministério Público do estado do Piauí (MP/PI) em parceria com a Secretária estadual da educação do estado (SEDUC), por meio da Coordenação de Inclusão e Diversidade realizaram o projeto social “Lei Maria da Penha nas escolas: desconstruindo a violência, construindo diálogos”.

Durante o projeto, foi utilizada uma cartilha produzida pelo NUPEVID denominada Lei Maria da Penha nas escolas que trazia a discussão da desigualdade de gênero, da violência contra a mulher explicitando o ciclo da violência.

Como apresentação estrutural da pesquisa, aparece em primeiro momento o estudo do gênero em sua totalidade, precedido do gênero como forma de poder e violência. em sequência, como forma de endossar a pesquisa, trazemos relatos acerca da Lei Maria da Penha, como esta é trabalhada nas escolas e seu respaldo sobre a violência contra as mulheres e, como fechamento, são apresentados relatos e discussões do estudo desenvolvido.

As práticas desenvolvidas no período de maio a dezembro de 2015, nas escolas estaduais da capital, com alunos de idade a partir de 12 anos matriculados nos anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou EJA (Educação de Jovens e Adultos), com exceção da participação de uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental. Contou com a colaboração de vários órgãos como OAB/PI, PET Pedagogia e PET Integração da Universidade Federal do Piauí e Delegacia Especializada da Mulher - DEAM/Centro.

## PERCURSOS METODOLÓGICOS

O presente estudo apresenta um caráter descritivo com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência. a pesquisa científica é sem dúvida uma das etapas mais importantes e gratificante na formação acadêmica. A referida pesquisa é desenvolvida a partir de vivências de acadêmicas do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí, em escolas da rede estadual de ensino do estado do Piauí, durante a participação em projeto social intitulado “Lei Maria da Penha nas escolas”.

Importa mencionar que a preocupação do pesquisador/a não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma determinada organização e sua trajetória. Além disso, a pesquisa qualitativa gera hipóteses de trabalho e teorias sobre a questão em exame, pois permite estudá-la em toda a sua

dimensão. Dessa forma, a abordagem qualitativa colabora para o entendimento de forma mais clara os resultados obtidos.

O projeto foi desenvolvido em três momentos: no primeiro momento, ocorreu a sensibilização dos gestores das Gerências Regionais de educação (GRE) responsáveis pelas escolas estaduais de Teresina (19°, 20°, 21°, 4° GREs) e das cidades vizinhas (18° GRE); posteriormente, foram realizados pelas escolas eventos, abertura das atividades com a finalidade de sensibilizar a equipe docente e a comunidade escolar; por último, a culminância um momento de demonstração das atividades desenvolvidas durante o período letivo para a comunidade.

Endossam este trabalho os autores Foucault (2012), Lisboa (2005), Louro (2007), Scott (1990) dentre outros/as. A partir do estudo desenvolvido, evidenciamos a pertinência e relevância do tema abordado, em primeira instância, a partir do levantamento bibliográfico e, também, por meio do levantamento de dados documental que corroboraram a preocupação inicial dos pesquisadores.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Gênero

O surgimento do termo gênero como conceito científico está relacionado à história do movimento feminista, o qual vem pautando a condição da mulher nas sociedades ocidentais desde o século XIX. Na fase inicial do movimento feminista, as reivindicações estavam ligadas ao chamado sufrágio<sup>2</sup>. Já em meados de 1960, as feministas passam a produzir livros e artigos de forma mais contundente sobre a situação da mulher.

No seu uso mais recente, “o ‘gênero’ parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1989, p. 2, grifos da autora). Nesse período, os primeiros conceitos sobre gênero eram baseados em análises entre o binarismo masculino e feminino, enfocando o sistema de sexo/gênero, restringindo-se assim, às distinções apenas nas características biológicas.

Ao reduzirem a categoria gênero ao mero binarismo, as cientistas sociais impediam que as mulheres pudessem sair da sua condição de submissão, pois estas justificavam a posição social da mulher a partir de sua anatomia, gerando a desesperança da mudança dessa condição.

Na segunda fase do feminismo, considerou-se de suma importância a superação de um suposto reducionismo biológico, as investigações passaram a considerar a cultura, as construções sociais e o simbólico para entender as denominadas relações de gênero entre mulheres e homens. Porém, de acordo com Nicholson (2000, p. 03) “aqui o biológico foi assumido como a base sobre a qual os significados culturais são constituídos. assim, no momento mesmo em que a influência do biológico está sendo minada, está sendo também invocada”.

Ao tentar superar o reducionismo biológico, as feministas caíram na armadilha do fundacionalismo biológico. No primeiro, só as características biológicas (sexo) são levadas em consideração; no segundo, além do biológico, os aspectos comportamentais e culturais influenciam na formação do gênero. Porém, esses funcionam apenas como uma suplementação do que já foi biologicamente dado.

---

<sup>2</sup>O movimento pelo sufrágio feminino é um movimento social, político e econômico de reforma, com o objetivo de estender o sufrágio (o direito de votar) às mulheres. Participam do sufrágiofeminino, mulheres ou homens, denominados sufragistas.

Tal concepção do relacionamento entre biologia e socialização torna possível o que pode ser descrito como uma espécie de noção "porta-casacos" da identidade: o corpo é visto como um tipo de cabide de pé no qual são jogados diferentes artefatos culturais, especificamente os relativos à personalidade e comportamento (NICHOLSON, 2000, p. 4).

Percebemos, a partir dessa análise que “ser homem” ou “ser mulher” não pode ser definido pelo sexo biológico de cada um, mas por construções sociais e culturais. Dessa maneira, os sujeitos vão-se construindo e reconstruindo-se no decorrer de seus processos e relações sociais.

Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas (SCOTT, 1990, p. 28, grifos da autora).

Portanto, gênero não trata de diferença sexual, mas sim da relação social entre mulheres e homens, homem/homem, mulher/mulher entendendo como se estes são construídos e reconstruídos enquanto sujeitos.

Scott (1990) trabalha gênero no seu aspecto relacional, analisando o caráter social das diferenças entre mulheres e homens. a autora dividiu sua definição de gênero em duas partes, sinalizando estas com a seguinte definição: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14).

Esses elementos são articulados, porém não agem simultaneamente. a segunda parte de sua aceção refere-se ao conceito de gênero como primeiro modo de significar as relações de poder, pois gênero é:

[...] um meio de codificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando as (os) historiadoras (es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, elas (eles) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero, e o gênero constrói a política (SCOTT, 1990, p. 16-17).

Portanto, segundo a autora, o gênero é fundado nessa relação de poder, não devendo uma posição fixa atribuída às pessoas, e sim como algo mutável e dinâmico. No próximo tópico abordaremos mais profundamente essa relação entre poder e gênero.

### Gênero, poder e violência

Ao estudarmos gênero, é necessário realizar uma articulação com os estudos das relações de poder, pois segundo Scott (1990), o gênero é formado dentro dessas relações. Ao realizarmos esse processo, afastamo-nos do funcionalismo biológico e do reducionismo biológico

conseguindo, conseqüentemente, compreender as situações postas pelas desigualdades de gênero.

a apreensão das relações de poder em suas variadas formas e manifestações nos proporciona perceber que as relações de gênero não são dicotômicas e maniqueístas, entre dominados e dominadas, mas mutáveis, pois ninguém é fixo numa posição e muito menos detém unicamente o poder. Isso nos possibilita compreender que a igualdade de gênero é possível e que a desigualdade foi construída, sendo passível de transformação (COSTA; SILVERA; MADEIRA, 2012, p. 233).

Ao abandonarmos a linha de pensamento pregada pela primeira onda feminista e seguindo essa, compreendermos que as mudanças entre homens e mulheres socialmente construídas podem ser desconstruídas e renovadas.

Antigamente, as feministas acreditavam que o poder era exercido exclusivamente pelos homens, segundo essa lógica, os homens, por serem detentores dessa autoridade, seriam superiores às mulheres, podendo dominá-las. Nessa perspectiva, as mulheres sempre seriam vitimizadas. “ao conceituar rigidamente as relações de gênero tratava-se a temática de modo fixo, desconsiderando as possíveis formas de resistências” (COSTA; SILVERA; MADEIRA, 2012, p. 234).

O homem, ao incorporar o seu papel como superior, acredita que a mulher é sua propriedade, isso resulta em diferentes formas de violência contra a mulher, que ocorrem em espaços públicos ou privados e podem ser intra ou extrafamiliares, são elas: a violência física, simbólica, psicológica, violência sexual, violência contra o patrimônio, o que implica dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos e bens pessoais.

Como uma lente que ilumina só alguns aspectos do que vemos, através do modo como deixam os outros na sombra, essas visões deixaram de ladoos muitos contextos nos quais nos, como mulheres e homens, desviamos-nos das generalizações produzidas por essas análises (NICHOLSON, 2000, p. 24).

Portanto, devemos rechaçar essa concepção de poder. É necessário substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos “campos de forças” (SCOTT, 1990, p. 36).

Para Michel Foucault, o poder acontece como uma relação de forças. Desse modo, como relação de forças, o poder está em todas as partes. Todas as pessoas estão envolvidas por relações de poder e não podem ser consideradas independente delas ou alheias a elas (BRÍGIDO, 2013, p. 59).

Portanto, para Foucault (1989), o poder não é algo fixo no âmbito político, ele é fluido e origina-se nas relações de forças, habitando as esferas públicas e privadas. Essas características fazem com que os poderes migrem entre os sujeitos e, a partir dessa concepção, não existe a dicotomia entre opressor e oprimido, existindo a possibilidade de mudança nas relações.

Para Foucault (1989), as relações de poder não são negativas, pois geram saberes novos, produzem, constroem, reconstroem. Todos os indivíduos participam ativamente dessas relações.

Os gêneros são produzidos dentro das relações de poder. esse poder pode ser exercido, podendo também ser contestado, aceito, resistido e absorvido. Isso significa que, apesar da existência das desigualdades, podemos transformar a realidade mediante a luta e resistência dos sujeitos tanto no âmbito individual como coletivo.

Com as revoluções modernas que estabeleceram modelos e padrões para grande parte do mundo ocidental, vários conceitos vêm-se alterando. As definições de gêneros, sexualidades, violências, bem como outros fundamentos constitutivos da sociedade e da realidade escolar brasileira também se modificaram.

Para ilustrar essa ideia, pode-se citar o conceito de gênero que nem sempre foi compreendido da mesma forma. Ao analisar os estudos de Louro (1998), pode-se perceber na fala de Guacira Lopes Louro que, em geral, discutiram gênero como sinônimo do feminino. No entanto, a conceituação de gênero como sinônimo de mulher não propicia uma reflexão mais crítica e complexa, como no caso das relações entre os sujeitos no processo de escolarização. Portanto, para o desenvolvimento das discussões aqui apresentadas é importante a compreensão de uma conceituação de gênero como relacional, conforme a análise dos estudos Feministas contemporâneos. Pretende-se com isso um recorte e uma demarcação de uma postura teórica, mas reconhece-se que décadas de História não podem ser resumidas em poucas linhas de texto.

Nesse sentido, Louro (1998, p. 18, grifos da autora) afirma que:

[...] os estudos iniciais (de mulheres) se constituem, muitas vezes, em descrições das condições de vida e de trabalho das mulheres em diferentes instâncias e espaços. estudos das áreas de antropologia, Sociologia, educação, Literatura, etc. apontam ou comentam as desigualdades sociais, políticas, econômicas, jurídicas, denunciando a opressão e submetimento feminino. Contam, criticam e, algumas vezes, celebram as “características” tidas como femininas.

Com isso, o conceito de gênero adquire características de relação entre o feminino e o masculino e passa a ser compreendido como uma construção histórica, cultural e social que manifesta-se no âmbito escolar. De acordo com Louro (1998, p. 23, grifos da autora): “O conceito (de gênero) pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são 'trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico”.

Pode-se observar, então, nas relações entre os gêneros, aspectos determinantes de polarizações hierarquizadas e binárias entre uma determinada forma de feminino e de masculino. É como se outras formas de feminino e masculino, que não aquelas legitimadas pelo discurso ou práticas sociais vigentes, não fossem legítimas.

Essa lógica insere-se num contexto de referenciais hegemônicos<sup>3</sup> perpetrados pela cultura e produtores de uma hierarquia entre os gêneros, fundamentada em preceitos biologizantes que determinam um padrão binário de relações em que as meninas são entendidas como frágeis, meigas, dóceis e submissas e os meninos como fortes, agressivos, durões e dominadores (LOURO, 1998). Conseqüentemente, as pessoas que não se encaixam nesses padrões são logo identificadas como diferentes e estranhas e, não raras vezes, tornam-se vítimas de preconceito, discriminações e violências simbólicas, institucionais e sociais.

---

<sup>3</sup>Referenciais Hegemônicos, entendidos aqui como aqueles que privilegiam determinados grupos sociais e categorias de análise, propostos por estes mesmos grupos. Tais grupos, invariavelmente são representados pelo “ideal” de homem, branco, de origem européia, heterossexual e de classe média.

De acordo com Louro, (1998, p. 21): “Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos”.

Depreende-se disso que o ambiente escolar constitui-se um contexto propício, não só para a propagação de concepções sociais fundamentadas em referenciais hegemônicos, mas também das ali produzidas, que promovem as diferenças como produtoras de desigualdades sociais. em relação aos referenciais hegemônicos, Silva (1993, p. 122), afirma que é preciso “ver a educação, a Pedagogia e o Currículo como campos de luta e conflito simbólico, como arenas contestadas na busca da imposição de significados e da hegemonia cultural”.

Nas discussões sobre sexualidade existe também uma ampla variedade de concepções. alguns referenciais, principalmente os provenientes da psicologia e da psicanálise, podem conferir o entendimento da sexualidade como energia vital ou como sentimentos e comportamentos e, não raras vezes, trabalham com dinâmicas de grupo e atividades psicologizantes na escola. entretanto, a sexualidade constitui-se uma construção histórica, cultural e social. Com isso, pode-se considerar que ela configura-se como uma categoria de análise mais ampla, que considera os referenciais de classe, gênero, raça/etnia e diversidade sexual, bem como as relações de poder, os aspectos sociais, históricos, políticos, econômicos, éticos, étnicos e religiosos. A sexualidade compreende também os conceitos de linguagem, corpo e cultura. Portanto, como outros saberes, não é dada ou “natural”, mas sim construída pelas sociedades intencionalmente.

Essa violência está presente nos nossos ambientes de trabalho, inclusive, acontece com frequência também entre as crianças. No primeiro contato com as crianças da Casa da Paz, o grupo encontrava-se numa roda de conversa a respeito da família. Havia oito crianças. Todas foram se apresentando falando o nome das pessoas com as quais conviviam em casa. Durante a conversa era possível perceber que se conheciam. Falavam da vida e da família com entusiasmo, entretanto em alguns momentos, uns ridicularizavam os outros mencionando situações consideradas vergonhosas no meio social.

Chegou à vez da criança “P”, que disse: “*Professora, eu moro com meu pai e meu tio e minha mãe mora com outra mulher.*” Disse isso com um sorriso envergonhado enquanto os colegas riam e repetiam juntos: “*É a mãe dele mora com outra mulher*” e todos apontavam com o dedo em sua direção e riam, enquanto ele abaixava a cabeça.

Depois desse dia, em vários momentos, os colegas de “P” aproveitavam qualquer oportunidade para expor a situação dele. essa violência que vem sofrendo mostra o quanto o papel dos educadores é importante para que as crianças construam uma nova cultura e sejam portadoras de um novo modo de ver o mundo e a sociedade a partir da igualdade e da justiça. Sobre isso, Grossi (2006, p. 295) diz: “[...] a violência é um mal que precisa ser combatido, denunciado, eliminado das relações sociais e que, portanto lutar contra toda e qualquer violência é um exercício de cidadania”.

Tendo consciência de que o espaço escolar é ambiente privilegiado para fazer acontecer essa nova cultura, será importante e necessário que sejam planejadas ações eliminando toda a forma de discriminação e violência. Acreditando que a escola é o espaço de pleno desenvolvimento do ser humano, considera-se importante que ela cumpra o seu papel oportunizando o exercício da cidadania acolhendo as diferenças como caminho para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Nos últimos anos, as lutas pela igualdade de Gênero e pela construção de uma sociedade que respeite e valorize a diversidade tem-se intensificado. Porém, em diversos momentos, constatam-se atitudes discriminatórias que tratam com naturalidade a injusta desigualdade que

existe entre homens e mulheres. acredita-se que essa realidade seja um dos fatores que impede a construção do caminho de harmonia entre os seres humanos.

De acordo com as diretrizes curriculares da disciplina de História, essa área tem por objetivo buscar a superação das carências humanas a partir do conhecimento. As teorias que são estudadas auxiliam nas descobertas das necessidades dos sujeitos históricos propondo ações no presente e projetos de futuro. É uma atividade que nos permite elaborar um conhecimento que nos auxilie na compreensão da realidade e oriente-nos em nossas ações.

Entre essas carências humanas mencionadas nas diretrizes, está também o pouco conhecimento da comunidade educativa sobre o tema trabalhado. Nesse sentido, a disciplina de história cumpre o seu papel de contribuir para que os sujeitos históricos passem por um processo de mudança de mentalidade e a partir das novas crenças construam relações pautadas na equidade de gênero, no respeito e na acolhida do diferente.

Em prol dos pontos elencados, observa-se que é preciso ficar claro que não há lugar na escola para machismo, preconceito, homofobia e a inferioridade feminina. a maioria das educadoras são mulheres que precisam ser valorizadas para que também possam contribuir para o processo de humanização.

### **A Lei Maria da Penha nas escolas e a violência contra a mulher**

Como foi visto anteriormente, as relações de gênero não são maniqueístas<sup>4</sup>, mas mutáveis. ao negarmos essa concepção que divide homens e mulheres em poderes opostos e incompatíveis, temos a possibilidade de compreender que a igualdade de gênero é possível e que a desigualdade foi construída, sendo passível de transformação.

Ou seja, apesar de ter sido socialmente construída uma diferença entre a mulher na esfera privada responsável pelo cuidado da casa e dos filhos e o homem na esfera pública responsável pelo provimento de meios monetários para a reprodução da família, essa relação não é fixa e está passível de sofrer mudanças.

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) é um instrumento relevante para a proteção e a garantia dos direitos das mulheres. entre suas ações de prevenção temos o art. 8 e inciso V: “À promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres” (BRASIL, 2006).

Nesse contexto, o projeto “Lei Maria da Penha nas escolas: desconstruindo a violência e construindo diálogos”, criado pelo Ministério Público do estado do Piauí em parceria com a Secretaria de Educação do estado do Piauí, possibilita a entrada do tema violência contra a mulher dentro das escolas, tornando-se fundamental para a desconstrução dessas diferenças, contribuindo para a igualdade de gênero.

Diante de uma realidade que apresenta muitas lutas organizadas das mulheres ao longo da História, algumas questões permanecem sem resposta: Por que é tão difícil desconstruir a crença na superioridade do homem e construir uma cultura que supere o androcentrismo e promova a igualdade entre homens e mulheres? Como desenvolver uma educação que possa desconstruir essa cultura do ser homem ou mulher em nossa sociedade para criar um modelo de educação que promova a igualdade de gênero? O que fazer para construir um processo educativo que contribua para erradicar a violência contra a mulher?

---

<sup>4</sup>O Maniqueísmo é uma filosofia religiosa postulada pelo profeta persa Mani, também conhecido como Manes ou Maniqueu (c. 216-276). Consiste numa concepção do mundo fundamentada em uma dualidade básica entre opostos inconciliáveis: luz e trevas; bem e mal.

A partir desses questionamentos teve início uma pesquisa bibliográfica e, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre a violência doméstica, através de entrevistas com mulheres que participam dessa violenta realidade e possuem filhos acompanhados na Casa da Paz.

Nesse sentido, Luz (2009, p. 38) diz que:

[...] a instituição escolar deve contribuir para uma educação libertadora que contemple a dimensão sexual, a diversidade, os direitos humanos e a multiculturalidade. Todavia, para que isso aconteça é necessário a implementação de novas práticas pedagógicas.

Pode-se afirmar que os educadores e as educadoras são tidos como referenciais no processo educativo que considera os temas sobre gênero e sexualidade uma vez que o ambiente escolar por si mesmo já oferece oportunidades para tais reflexões. Mas para que isso aconteça, é necessário investir na formação dos profissionais que atuam nesse meio.

Louro (2007) apud Nanci e Beatriz afirma que: “a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas social e política, sendo construída ao longo de toda uma vida, de muitos modos, por todos os sujeitos, particularmente, os envolvidos no processo educacional”.

A sexualidade e as relações de gênero, em constante construção, fazem parte das pessoas que compõem a comunidade escolar. Sendo assim, é muito importante o conhecimento da realidade na qual a escola está inserida, para que as atividades dos professores envolvam as temáticas de gênero e violência contra a mulher e sejam desenvolvidas de acordo com a realidade.

Desde do século passado, movimentos feministas articulam-se em luta pela igualdade de direitos civis, políticos, econômicos e sociais entre os gêneros, o que forçou organizações internacionais, países e estados a construírem uma agenda política e legislativa orientada pelos princípios da justiça social. A atenção em torno das relações de gênero historicamente aparece enviesada por concepções que reforçam a assimetria de poder e incentivam a exclusão da mulher do espaço público, restringindo seu papel ao âmbito da família e dos cuidados com o outro.

Para Louro (2007), discutir a violência de gênero na educação, implica analisar os processos, as estratégias e as práticas sociais e culturais que produzem e/ou educam indivíduos, sobretudo se quisermos investir em possibilidades de propor intervenções que permitam modificar, minimamente, as relações de poder vigentes na sociedade em que vivemos.

Nesse contexto, enquanto política pública de enfrentamento, destacam-se vários marcos normativos, entre eles, a Lei Maria da Penha, promulgada no Brasil, Lei 11.340/2006, que prevê ações sociais, preventivas, protetivas e repressivas, evidenciando-se a realização de campanhas educativas e a inclusão de conteúdos de equidade de gênero nos currículos escolares.

A partir dessa normativa surgiram várias campanhas de prevenção à violência doméstica e familiar voltadas para o público escolar em diversos estados brasileiros, inclusive em Pernambuco, por meio das Secretarias da Mulher, das Secretarias de Justiça e/ou das Secretarias de educação. entre essas campanhas, destacam-se duas pela abrangência nacional: “Quem ama abraça: fazendo escola” e “Projeto Lei Maria da Penha vai à escola”. Foi nesse cenário que emergiu a temática do enfrentamento à violência contra a mulher na agenda educacional brasileira, em que a Lei Maria da Penha, em especial, o seu inciso V do artigo 8º regula que:

a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes: V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao

público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres (BRASIL, 2006).

Dessa forma, o primeiro município a implementar o projeto em Pernambuco foi Caruaru, em 2009. A partir da experiência de Caruaru e da socialização dos seus resultados, a Secretaria da Mulher do estado de Pernambuco resolveu implementar o projeto em outros Municípios. em função do reconhecimento da importância da matéria, houve a publicação do Decreto de nº 40.317/14, em que o Governo do estado de Pernambuco instituiu o “Comitê Pernambucano de apoio à Formação em Gênero” e regulou no seu artigo 2º a inserção da disciplina de gênero no currículo do ensino médio, bem como a oferta de cursos de extensão e de especialização sobre temas relacionados à mulher, para profissionais da educação, da segurança pública e da saúde, a partir de convênios estabelecidos com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com a Fundação Joaquim Nabuco, com o Ministério da Saúde e com a Universidade de Pernambuco (UPE).

Diante disso, o Estado do Piauí, mudou o status de projeto para programa, por meio do Decreto de nº 035, de 17 de março de 2016, instituiu o Programa “Lei Maria da Penha vai à escola”, publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí, com data de 16 a 22 de março de 2016. Dessa forma, ao longo de quase uma década de implementação do Projeto Lei Maria da Penha Vai à escola, ficamos interessados em pesquisar as formas de implementação do projeto desde 2009 até o ano de 2016. Para tanto, este trabalho analisou as condições de possibilidades e configurações do “Projeto Lei Maria da Penha Vai à escola” e sua recepção pelos/as gestores/as da rede pública de ensino em Picos, terceira maior cidade do estado do Piauí. Envolveu dois objetivos específicos: 1) compreender o(s) discurso(s) sobre gênero e enfrentamento à violência de gênero presentes no projeto; 2) Identificar as ações pedagógicas desenvolvidas em prol desse enfrentamento.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto contou com a participação de 30 escolas da rede pública estadual de ensino no município de Picos-PI, somando um universo de 7.670 alunos. Através de culminâncias realizadas em cada escola, foram apresentadas ações e atividades lúdicas que demonstraram a compreensão sobre a temática entre essas atividades e ações estão: paródias, músicas, curta metragens, desenhos, pinturas, cartazes, danças, apresentações teatrais, poemas, produção textual e caminhadas educativas em torno da comunidade local e nos arredores da escola.

O impacto social do projeto não se delimitou somente à rede de ensino estadual do município, mas também às comunidades onde essas escolas estavam inseridas, e a cidade de Teresina, pela presença das mídias de TV em abertura e culminâncias realizadas nas escolas, isso se apresentou como um ponto positivo acerca da repercussão e do alcance social do projeto.

Os alunos envolvidos no projeto tornaram-se possíveis multiplicadores da temática, tornando-se capacitados para que suas ações no dia a dia contribuam para uma sociedade que respeite a mulher, partindo da compreensão de que existe um aporte jurídico, ou seja, uma lei que pune os agressores e, também, da existência de mecanismos e de uma rede de proteção da mulher vítima de violência e, conseqüentemente, a família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os objetivos do projeto e os resultados obtidos, verificamos a importância das atividades ora realizada pelos docentes, discentes e demais sujeitos envolvidos diretamente no locus da pesquisa. É perceptível a relevância dos acadêmicos no projeto, principalmente na desconstrução da naturalização da violência doméstica e familiar, pois durante a execução das atividades do projeto pudemos perceber o quanto ainda persiste a ideia de normalidade da violência no âmbito privado, reforçando-a e menosprezando suas consequências na vida da vítima, o que leva a sua banalização.

Podemos observar também o desconhecimento de alguns profissionais da educação sobre a temática no sentido de saber como abordar o tema de forma didática e resolutiva, além da falta de preparo tanto das escolas quanto da rede de proteção social dos locais onde se encontram as escolas, devido à maioria delas se encontrarem em locais de maior vulnerabilidade social.

Apesar das dificuldades encontradas no planejamento e na execução das ações, consideramos válida a iniciativa de trabalhar a temática e muito rica a participação no projeto, o que nos permitiu perspectivas diferentes sobre essa temática.

Faz-se relevante a continuidade dos estudos científicos sociais que abordem a temática da desigualdade entre os gêneros, sua reprodução e condicionamento, para que possamos encontrar meios e alternativas para lidar com essa condição estigmatizante e compreender de modo mais específico e prático como e o quanto esses padrões sexistas interferem no desenvolvimento das capacidades psicológicas, sociais, cognitivas e físicas tanto dos meninos quanto das meninas dentro da educação básica.

Portanto, podemos concluir que discutir essas questões é uma forma de diminuir a violência no ambiente escolar e de promover o respeito às diferenças e auxiliar na construção dos sujeitos e no reconhecimento deles enquanto entes sociais dotados de personalidade própria e que trabalhar a diversidade sexual não vai influenciar os alunos a assumirem uma postura sexual diferente das que possuem. Discutir essas questões auxiliam no entendimento das especificidades e valoriza a diversidade como algo rico. e, dessa forma, busca-se igualdade, respeito e harmonia nos mais variados setores da sociedade.

Espera-se que estudos acerca dessa temática sejam realizados para proporcionar uma maior dimensão dessa realidade, além de ações, estratégias e atitudes que valorizem as desigualdades relacionadas ao gênero e contemplem de forma mais assistida essa relação dentro da educação básica no sistema educacional.

Esta pesquisa não termina aqui, ela é apenas o início do desafio que se pretende buscar nessa construção da educação continuada, no ensejo de se alcançar a real educação para a diversidade. Sendo assim, este tema foi de grande relevância, pois buscou referências para entender a relação de gênero e o papel da escola frente à educação de meninos e meninas. Não só por isso, mas porque pode contribuir para o desenvolvimento cada vez maior de estudos mais profundos a respeito da igualdade de gênero dentro do contexto dos direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria a Lei Maria da Penha e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). acesso em: 22 jun. 2022.

BRÍGIDO, Elmano. Michel Foucault: uma análise do poder. **Rev. Direito econ. Socioambiental**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/78094/foucault-entre-o-poder-e-o-direito>. Acesso em: 15 set. 2022.

COSTA, Renata Gomes da; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo; SILVEIRA, Clara Maria Holanda. **Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina**, 2012. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/56/196>. Acesso em: 28 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, pp. 179/191.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. a intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. **Katalysis** v. 8 n.2 jul./dez. 2005, Florianópolis, p. 199-210. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6111>. Acesso em: 28 jul. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma estrutura pós-estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LUZ, Nanci Stancki da. **Violência contra a Mulher: Um desafio à concretização dos Direitos Humanos**. IN: CASAGRANDE, Lindamir Salete. **Construindo a Igualdade na Diversidade: gênero e sexualidade na escola**. 1ed. Curitiba: UFTPR, 2009.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. 1999. Disponível em: <http://www.marcoareliossc.com.br/Nicholson.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2022.

NUPEVID. Ministério Público do estado do Piauí. **Projeto a Lei Maria da Penha nas escolas: desconstruindo violência, construindo diálogos**. Teresina, PI. 2013.

PEDRO, Joana Maria, GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino Feminino plural**. Florianópolis: Mulheres, 2006

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Tradução de SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 36, jul/dez, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu. Sociologia da educação e Pedagogia Crítica em Tempos Pós-Modernos. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Teoria educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos**. Porto Alegre: artes Médicas, 1993.

**Submetido em:** setembro de 2022

**Aprovado em:** dezembro de 2022